

FORMAÇÃO CONTINUADA DE QUALIDADE: ENTRE PROPOSTAS FINDAS E O NOVO PNE

Jéssica Luana Casagrande - UFRGS/PPGEdu - bolsista CAPES/PROEx

jessicaluanacasagrande@gmail.com

Maria Beatriz Luce - UFRGS lucemb@ufrgs.br

Mayara de Souza Dadda - UFRGS/PPGEdu - bolsista CAPES/PROEx

mayara.dadda@hotmail.com

Marcela Duarte - UFRGS/PPGEdu marcela1207@gmail.com

A política pública de formação continuada dos professores é o tema central deste estudo, tendo como problematização: Como os indicadores da Meta 16 do Plano Nacional de Educação (PNE) refletem a situação da formação continuada dos professores nas diferentes regiões do Brasil e quais são as proposições para o novo PNE? Nesta época de discussão do novo PNE, é preciso analisar se e como as metas do ciclo anterior foram cumpridas e de que modo. Limitamo-nos, porém, neste resumo, a uma análise quantitativa dos indicadores mais sintéticos da Meta 16 presentes no Relatório do 5º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE (Brasil, 2024a) e uma análise documental do Projeto de Lei (PL) (Brasil, 2024b) acerca do Objetivo 16.

Defendemos a formação continuada como essencial para o aprimoramento dos professores, associada a condições de trabalho e remuneração adequada para a participação em processos formativos de qualidade. Entretanto, muitas vezes estes fatores ficam submetidos a um discurso para cuidar de si, e de que o desenvolvimento depende apenas do engajamento, esforços e dedicação dos professores (Anadon; Silva, 2023). A par de limitações e vieses de qualidade, nota-se uma realidade permeada por falta de investimentos, de planos de carreira adequados e continuidade das políticas de valorização docente.

Contexto e situação

A partir de 1990 a formação continuada tornou-se uma narrativa central na direção da qualidade do ofício docente (Araújo, Araújo e Silva, 2015). Em 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foram definidas configurações para esta formação. Subsequente ao curso de licenciatura, vemos a formação continuada dos

professores como possibilidade de aprendizado, de mais autonomia, diálogos, desenvolvimento da identidade profissional e de novas experiências (Lima; Carneiro, 2024).

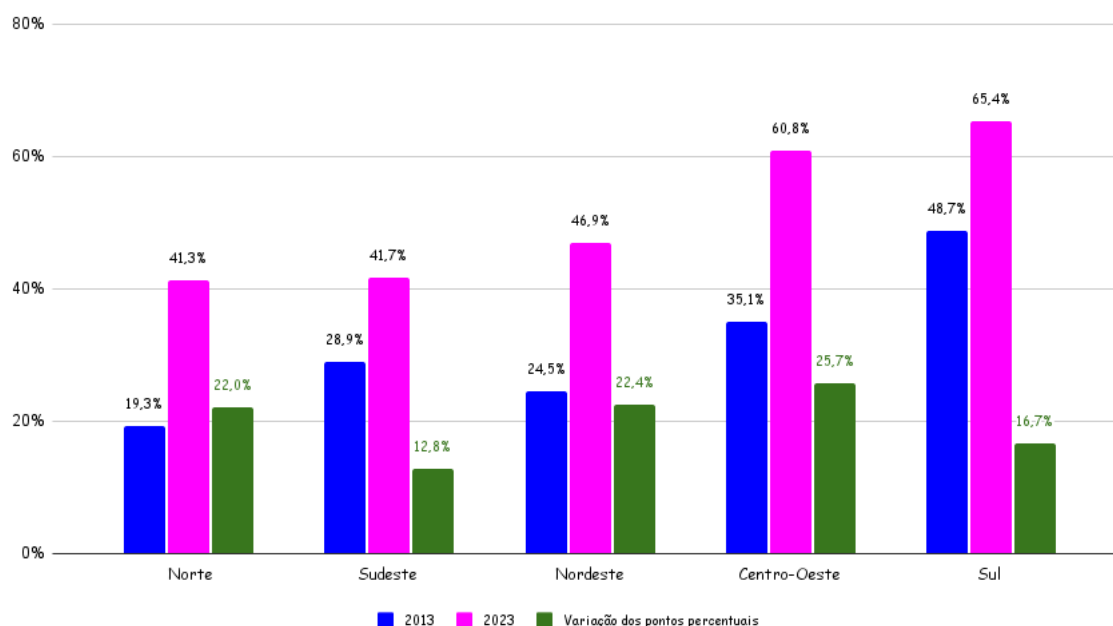
Sendo os conhecimentos profissionais evolutivos (Silva; Martins, 2024), exige-se o diagnóstico das necessidades e a posterior oferta, tanto de políticas como de programas que as satisfaçam (Imbernón, 2004). Portanto, visualizamos a Meta 16 por suas duas propostas centrais: a nível de pós-graduação em cursos de especialização, mestrado e doutorado; e periódica ou cotidiana (Brasil, 2014).

Analisando o indicador 16A, referente à meta de obter-se no Brasil, até 2024, 50% dos professores com formação em pós-graduação de *lato* ou *stricto sensu*, verificamos que em 2023, 48,1% dos professores possuíam essa formação, faltando apenas 1,9 pontos percentuais (pp.) para a meta. Entretanto, 43,7% dos docentes alcançaram apenas cursos de especialização, enquanto 3,3% o mestrado e o 1% o doutorado. Ademais, a maioria (51,9%) segue sem pós-graduação (Brasil, 2024a).

Apesar deste número significativo de professores com formação continuada, as condições objetivas de trabalho não se alinham aos horários disponibilizados pelas instituições públicas que oferecem especialização, mestrado e doutorado, tornando a especialização a distância ofertada pelas instituições privadas o caminho mais viável (Corrêa, 2022). Essas condições podem justificar o limitado número de professores que chegam a cursos de mestrado e doutorado, pois além de jornadas de trabalho longas, os cursos *stricto sensu* são pouco dispersos no território e de alta seletividade, elevados preços ou com bolsas de valor não atrativo.

Ressaltam-se ainda as disparidades entre as diferentes regiões do país (Ilustração 1), seja quanto à realização de formação em nível de pós-graduação como à variação no decênio em tela.

Ilustração 1: Percentual do Indicador 16A e a variação dos pontos percentuais no período 2013-2023 nas regiões do Brasil

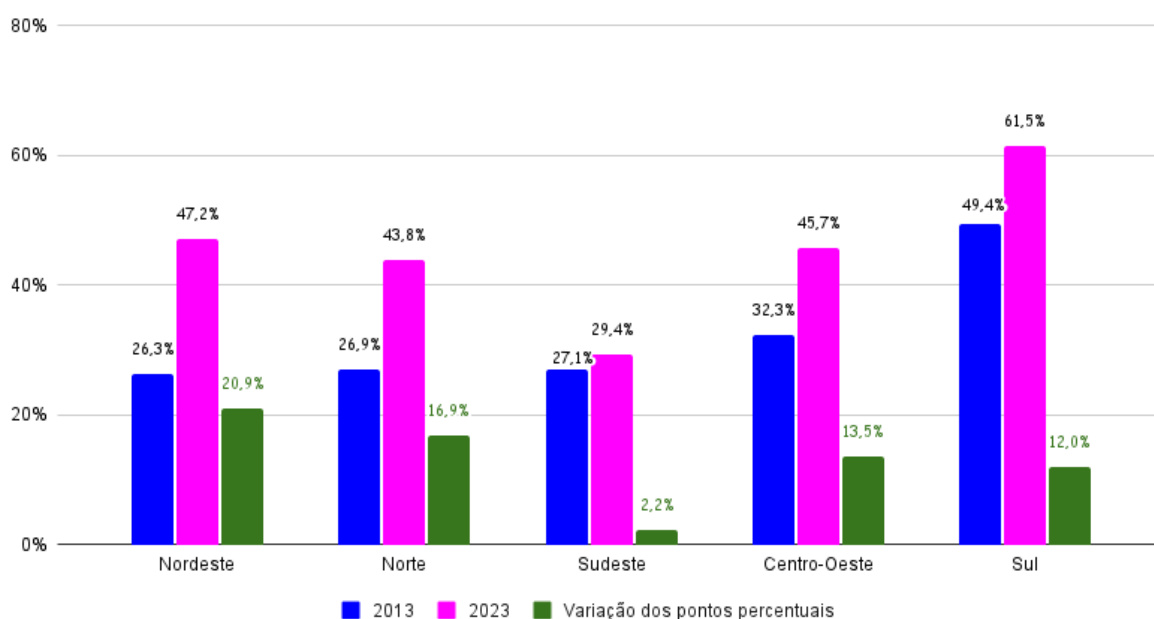


Fonte: Relatório do 5º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE (2024). Elaborado pelas autoras.

A variação dos pp. revela informações importantes acerca da formação continuada nas regiões do Brasil. Apenas a região Sul (65,4%) e a Centro-Oeste (60,8%) atingiram a meta para o indicador 16A; entretanto, apenas a região Centro-Oeste atingiu a meta e um crescente na oferta desta formação, com 25,7%. Noutra perspectiva, mesmo que as regiões Norte (22%) e Nordeste (22,4%) não tenham atingido a meta, nestes 10 anos elas mantiveram maior crescimento em pp. que a região Sul.

A Ilustração 2 apresenta o percentual de docentes da educação básica que realizaram cursos de formação continuada nas diferentes regiões (indicador 16B) e a variação dos pp. Mesmo que a meta busque 100% dos profissionais com pós-graduação até 2024, o indicador agrega apenas dados de professores em regência de classe e cursos com carga horária mínima de 80 horas.

Ilustração 2: Percentual do Indicador 16B e a variação dos pontos percentuais no período 2013-2023 nas regiões do Brasil



Com o indicador 16B fica evidente que a meta não foi alcançada em nenhuma região. Mesmo assim, a região Nordeste atingiu maior continuidade dessa oferta, crescendo 20,9% em 10 anos. A região Sul, pelo contrário, apesar de ultrapassar a meta (61,5%), teve acréscimo de apenas 12% na variação dos pp. A região Sudeste mantém o menor percentual (26,4%) de professores realizando formação continuada e baixa evolução com apenas 2,2%, no decênio.

Estamos, pois, ainda longe de assegurar a simples realização de uma formação continuada a todos os professores da educação básica. Apesar do PNE trazer a importância desta formação continuada, ainda falha em especificar a sua concepção, ressoando na inexistência de um Sistema Nacional de Educação que dificulta a articulação entre os sistemas de ensino e aumenta as desigualdades (Silva; Martins, 2024).

Quando olhamos o Objetivo 16 do PL (Brasil, 2024b) para o novo PNE, encontramos duas estratégias que se alinham à formação continuada

Estratégia 16.6: Fomentar que os cursos de licenciatura e de formação continuada contemplem, de forma sistemática e permanente, as áreas de educação integral, de educação ambiental, de educação em direitos humanos, de educação para as relações étnico-raciais e de educação anticapacitista, e os marcos legais de proteção à infância e à adolescência, aos idosos, aos povos indígenas e às pessoas com deficiência.

Estratégia 16.21: Valorizar e reconhecer a formação continuada, ofertada por instituições de ensino reconhecidas, como integrante do plano de carreira dos profissionais do magistério da educação básica (Brasil, 2024b)

Tais estratégias são importantes para a formação continuada, mas destacamos que a inexistência de um percentual a ser atingido dificulta o seu monitoramento. Ademais, segue a mesma lacuna no direcionamento de uma concepção de formação continuada. É de suma importância definir ainda, de forma clara e segura, a oferta de tempo adequado para os profissionais desenvolverem essa formação, com espaço para refletir, construir, pesquisar e dialogar com os demais profissionais das instituições de ensino.

Conclusões

Sabemos que o cenário atual falha em oferecer adequada valorização dos profissionais da educação básica, tampouco formação continuada de qualidade. Visualiza-se, ao contrário, um “recrudescimento do controle sobre a prática dos professores, com encaminhamentos cerceadores e o aumento da cobrança por resultados, apesar da vertiginosa degradação dos investimentos” (Silva; Martins, 2024, p. 2). Portanto, é fundamental construir uma política educacional que valorize a formação, mas também ofereça salários e condições de trabalho adequadas.

Mesmo que o PNE em vigência tenha sido prorrogado até 2025, dificilmente a Meta 16 para 2024 será atingida, o que demonstra a necessidade de esforços mais intensos para aumentar o quadro de professores que possuem uma formação continuada adequada, ao encontro de suas reais carências. Lutar pela valorização dos professores “não pode prescindir do cuidado com sua trajetória formativa, tendo como foco a possibilidade de desenvolver sua formação continuada de forma a ampliar os saberes já construídos e compartilhados” (Corrêa, 2022, p. 175). É, pois, imprescindível avançarmos em pesquisas para sustentar as políticas públicas que ensejem aos professores da educação básica condições de usufruir de um processo formativo de qualidade e, assim, consolidarmos o direito de todos os/as cidadã/os a uma educação pública de qualidade.

Referências

ANADON, Simone Barreto; SILVA, Simone Gonçalves da. Políticas de Formação Continuada e Desenvolvimento Profissional Docente: uma estratégia de governamentalidade neoliberal empresarial. **Educar em Revista**, v. 39, 2023.

ARAÚJO, Clarissa Martins; ARAÚJO, Everson Melquíades; SILVA, Rejane Dias. Para pensar sobre a formação continuada de professores é imprescindível uma teoria crítica de formação humana. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 35, n. 95, p. 57-73, 2015.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de Junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 jun. 2014.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Relatório do 5º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação, Brasília, DF: Inep, 2024a.

BRASIL. PL nº 2.614, de 17 de junho de 2024. Plano Nacional de Educação: proposta do Executivo ao Congresso Nacional. Brasília, INEP, 2024. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2443432&filename=Tramitacao-PL%202614/2024. Acesso em: 12 ago. 2024b.

CORRÊA, Carla Patrícia Quintanilha. Egressos de um Curso de Pedagogia: trajetórias formativas e profissionais. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 30, n. 114, p. 161–181, jan. 2022.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação Docente e Profissional**: formar-se para a mudança e a incerteza. São Paulo: Cortez, 2004.

LIMA, Bertrand Luiz Corrêa; CARNEIRO, Reginaldo Fernando. Programa de Residência Docente na Formação de Professores Iniciantes. **Educação & Realidade**, v. 49, 2024.

SILVA, Deise Rosalio; MARTINS, Juliana Faltz. O lugar da política educacional na formação continuada de professores das redes municipais de Belo Horizonte e São Paulo. **Revista Brasileira de Educação**, v. 29, 2024.